



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 1.623/2025**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para afastar as escusas absolutórias do art. 181 e a ação penal pública condicionada à representação do art. 182 quando o crime for praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre escusas absolutórias e ação penal pública condicionada à representação nos crimes previstos na Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 183.

.....

IV – se o crime é praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher ou vulnerável, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de outubro de 2025.

Deputada **ERIKA HILTON**
Vice-Presidenta

